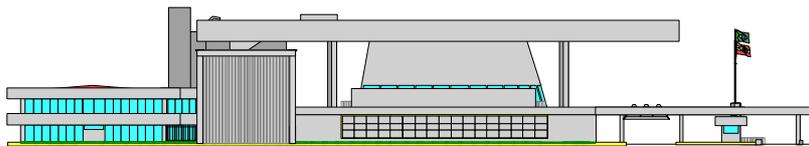


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 11 DE NOVEMBRO DE 1998

NÚMERO 4.576

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: João Henrique Blasi

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO

Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Norberto Stroisch Filho

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 970**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 115ª Sessão Ordinária
realizada em 28/10/1998 2
Ata da 116ª Sessão Ordinária
realizada em 29/10/1998 8

Atos da Mesa Diretora

Resolução DP..... 10

Publicações Diversas

Projetos de Lei..... 10
Projeto de Lei Complementar.....
..... 11

PLENÁRIO

ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 28 DE OUTUBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Neodi Saretta - Odacir Zonta - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Reno Caramori - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Onofre Santo Agostini, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Onofre Santo Agostini, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Onofre Santo Agostini) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente: MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO:
- encaminhando retificação à Mensagem nº 3627;

- encaminhando sanção do projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Secretaria de Estado da Fazenda.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Ivan Ranzolin, que altera a Lei nº 10.929, de 23 de setembro de 1998, acrescentando o inciso XI ao art. 10;

- de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira, que declara de utilidade pública o Grupo da Terceira Idade Humildade e Sabedoria, de São José.

OFÍCIO Nº:

051/98, do Sr. Presidente da OAB de Santa Catarina, comunicando, para inquietação dos catarinenses e suas instituições, que o Governo Federal pretende extinguir e/ou transferir a Delegacia Regional do Serviço de Patrimônio da União para o Estado do Paraná.

FAX Nº:

444/98, do Sr. Chefe de Gabinete do Ministério dos Transportes, reportando-se ao recebimento do FAX, datado de 21/10/98.

CORRESPONDÊNCIA:

- do Sr. Coordenador do Curso de Direito da UNISUL, encaminhando moção de apoio ao projeto de lei, idealizado pelos acadêmicos do Curso de Direito da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Inscrito o senhor Deputado João Henrique Blasi, a quem concedo a palavra por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao longo da campanha eleitoral, um assunto muito corrente nas regiões litorâneas de Santa Catarina foi a lei advinda de medida provisória, endereçada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, que vai taxar ou sobretaxar os terrenos de marinha no Estado de Santa Catarina.

A par do absurdo encerrado nesta medida, que vai fazer com que muitas pessoas que têm posse ou terras herdadas de seus bisavós, avós e pais passem de repente a não tê-las mais como suas, mas como propriedade da União - e, como tal, tendo que pagar uma

taxa, um aforamento ao Poder Público Federal - surge agora mais uma medida, que não encontra na lógica nenhuma explicação razoável.

Noticiam os jornais (e a Bancada Federal está se mobilizando contra) que a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União em Santa Catarina seria desativada. Num primeiro momento, seria transferida para o Paraná. E aí já vem uma questão que nos causa perplexidade: o fato de que, enquanto a nossa Delegacia é a quarta em arrecadação, a do Paraná está situada muitos e muitos postos abaixo.

Mas agora vem uma notícia diferente, a de que não haveria subordinação de Santa Catarina ao Paraná, que seria centralizado em Brasília, o que vem exatamente em desfavor, de encontro ao regime federativo, ao princípio da descentralização e da desconcentração do poder, que é localizar os entes públicos o mais próximo possível da ponta, para que possam funcionar e melhor atender a comunidade.

Mas não é só. Noticiam ainda os jornais dos últimos dias que não apenas a Delegacia do Patrimônio da União, mas também a Delegacia Federal de Controle e a Delegacia do Ministério da Fazenda (as três, portanto) estariam na iminência de serem desativadas e retiradas de Santa Catarina, algumas delas vinculadas ao vizinho Estado do Paraná, mais uma vez fazendo valer, na prática, aquele velho princípio de que Santa Catarina continua sendo o zero da BR-101, localizada entre o Paraná e o Rio Grande do Sul, que se rivalizam entre si.

E Santa Catarina, inerte, por falta de competência, por falta de poder das suas autoridades, das suas lideranças políticas, vê-se mais uma vez na contingência de ter esvaziado o seu poder político-administrativo em razão de uma ação equivocada do Governo Federal.

Na próxima semana, mais precisamente na sexta-feira à tarde, reunir-se-á nesta Casa o fórum parlamentar federal para debater prioritariamente essa matéria. E seria conveniente que muitos de nós, se pudermos acorrer a esse evento, a ele compareçamos, no sentido de fazer valer também a voz do Parlamento catarinense, de mostrar irresignação e de tentar encontrar meios e modos de inviabilizar mais essa pretensão desfavorável ao Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Deputado João Henrique Blasi, esta reunião que V.Exa. mencionou estava marcada, a princípio, para esta segunda-feira, e eu, inclusive, havia me comprometido em comparecer. Então, é uma pena, porque na sexta-feira já tenho compromissos inadiáveis.

Essa questão do SPU afeta principalmente os moradores das ilhas, como Florianópolis, São Francisco do Sul. Nesta segunda-feira, na Associação Comercial e Industrial de Joinville, tivemos uma discussão sobre isto, e a sensação que eu tive, pelas informações que foram passadas, é que o Presidente da OAB local está um pouco equivocado, parece que não conhece a legislação.

Deputado João Henrique Blasi, pedi um aparte ao seu pronunciamento porque queria uma informação: há uma legislação recente ou ainda estamos sob a égide daquelas medidas provisórias reeditadas há muito tempo?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Deputado Carlito Merss, esta medida provisória referente às ilhas e também aos terrenos de marinha foi reeditada 16 ou 17

vezes, o que é um rematado absurdo. E mais ainda: a cada nova reedição, ela vinha com uma redação nova.

Eu acho que só se reedita aquilo que já foi editado, mas no Congresso Nacional há esta possibilidade absurda de reedição. Ela foi reeditada, como disse, por 16 ou 17 vezes, até que foi, depois, convertida em lei, e hoje já é uma lei que está produzindo efeitos concretos, efeitos práticos.

O Sr. Deputado Carlito Merss - Então, acompanhei em parte essa discussão, inclusive vou tentar, agora, inteirar-me mais.

E há essa preocupação também com a questão do controle interno. Um grupo pequeno, enxuto, que fazia um belo trabalho, hoje praticamente não tem, do ponto de vista administrativo, valorização nenhuma, infelizmente. Inclusive, parece-me que nessas medidas que serão encaminhadas ao Congresso hoje ou amanhã esse desmonte continuará.

Eu acho que é fundamental que todos os Deputados Estaduais, inclusive os Deputados Federais, conheçam claramente essa questão, porque o que nós estamos vendo é um grande contra-senso. E aí é o que V.Exa. disse em relação à questão de Santa Catarina. Aqui, em Santa Catarina, todo mundo é amigo do rei, mas vemos nosso Estado ser tratado dessa forma, sendo esquecido, literalmente.

Temos, ainda, uma outra questão que também não está resolvida, que V.Exa. não colocou: a da Delegacia de Radiodifusão. É outro órgão que também será transferido. Mas a saída encontrada agora é centralizar em Brasília, como disse V.Exa, e isso vai contra toda a nossa luta de descentralização administrativa. E com certeza, nós teremos nesta Casa e no Congresso muito trabalho, inclusive para manter o status que nós já tínhamos no sentido da descentralização administrativa.

Acho que é grave essa questão das ilhas, e está causando um medo muito grande às pessoas, porque se sentem desprotegidas ao escutarem que o governo, vamos dizer assim, vai tomar o seu terreno, a sua casa.

Portanto, acho que são questões que nós temos que levar realmente muito a sério, bem como exigir que Santa Catarina seja, na Federação, reconhecida como um Estado pujante.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Eu agradeço ao Deputado Carlito Merss e concluo manifestando a minha aquiescência à sua intervenção. É verdade, muitos são os amigos do rei ou do imperador, mas eles têm sido tratados com as migalhas que sobejam dos banqueiros. E o Estado, representado por esses amigos do imperador, é finalmente o penalizado.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss, para já ir exercitando as suas falas, que deverão ser muitas a partir de 1º fevereiro, quando assumirá uma cadeira na Câmara dos Deputados, em Brasília.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, agradeço as palavras elogiosas. Não sei se realmente terei essa possibilidade, até porque sabemos do alto nível da grande maioria dos Deputados eleitos para a próxima Legislatura em Brasília, no Congresso Nacional.

Mas eu aproveito este espaço para iniciar, ou pelo menos continuar, algumas reflexões que tivemos ontem sobre a questão do

pacote. Ainda hoje não se tem muito claro, oficialmente, quais são ou pelo menos o detalhamento dos pacotes. Mas pelo pronunciamento do imperador Fernando II ontem, numa rede de rádio e televisão, nós observamos, com muita tristeza, que muitas medidas que a imprensa tem divulgado nesses últimos dias, em alguns aspectos como especulação - inclusive nesta manhã de quarta-feira, já no pronunciamento do Ministro Pedro Malan -, com certeza nós as teremos colocadas em prática.

E vou repetir aqui o que disse ontem: de todas as medidas incluídas, ou pelo menos as que se discute pela imprensa que serão tomadas, não tenho dúvida de que algumas virão.

O aumento do CPMF, que foi uma contribuição provisória em princípio, desde o início foi muito polêmico. Inclusive, na Bancada do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, nós discutimos profundamente essa questão, sendo que alguns Deputados defendiam essa contribuição desde que fosse específica para a Saúde.

Um dos Deputados Federais do PT, Eduardo Jorge, de São Paulo, durante um bom tempo fez essa discussão - da qual eu tive o prazer, numa das idas a Brasília, de participar -, defendendo por um período a questão do CPMF desde que esse valor da arrecadação fosse especificamente utilizado na Saúde.

Nós já alertávamos naquela época que isso não aconteceria, e esse dinheiro não foi para a Saúde. V.Exas. devem lembrar que o desvio do dinheiro do CPMF foi motivo de pedido de demissão de um dos bons Ministros que o Governo teve, que foi o Dr. Jatene, que não aceitou que não se utilizasse esse dinheiro para recuperar o SUS, a Saúde.

Então, o que nós estamos vendo hoje (e não sei se alguém tem informações mais conclusivas) é que o CPMF vai aumentar de 0,2 para 0,4, 0,75. E aí eu repito: talvez seja a velha teoria do bode; fala 0,4, mas já acertou com 0,3, 0,35.

O Sr. Deputado Pedro Uczai (Intervindo) - Apresenta 0,38 para vir até 0,30.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Exato! Isso para dizermos como esse Governo é bom!

Na Previdência, com certeza o funcionário público será novamente o algoz, o culpado. Inclusive, neste 28 de outubro os funcionários públicos não têm motivos para comemorações.

Eu sempre tenho dito que existem mordomias, que existem disparidades, que existem problemas no serviço público, seja nos Municípios, nos Estados ou na União, porém não é justo esse massacre que o servidor público recebeu nestes últimos anos, como se ele fosse o grande responsável pelas mazelas do Estado, como se ele fosse o culpado do déficit público, o culpado da impossibilidade da receita estatal ser maior do que a despesa.

Se problemas existem, vamos corrigi-los! Continuar com esse discurso demagógico de jogar ao servidor público em geral os problemas financeiros do País, dos Estados e dos Municípios não é justo. Os problemas dos Estados, dos Municípios e da União significam aceitação de altas taxas de juros; os números provam isso.

Vou repetir o que disse ontem: em 1997, talvez uma das primeiras vezes da República brasileira, não houve déficit primário, a receita da União deu superávit, o que arrebou as contas públicas foram as altas taxas de juros. E qualquer pessoa sensata que aceite fazer essa discussão com seriedade poderá comprovar isso.

Em alguns Estados aconteceu isso, e posso citar aqui São Paulo, Ceará, Minas Gerais. Inclusive, não são Estados que o PT administrou, mas eu faço essa constatação.

Agora, com essa taxa de juro, com Antecipações de Receita Orçamentária, com certeza não há Prefeitura, não há Governo do Estado que consiga conduzir as suas contas em dia.

Então, esse pacote, na verdade, é uma repetição do que nós já vimos em 86, logo após o desastre do Plano Cruzado, é uma repetição do que já vimos no Plano Collor. E alertamos que o Plano Real teria o seu fim já em julho de 94, quando fomos massacrados nas eleições daquele ano, com a estabilidade econômica, com o fim da inflação.

Nós dizíamos que não adiantaria nada fazer, de forma artificial, uma paridade do real com o dólar se esta estabilidade não está vinculada ao avanço da economia e da produção. Nós estaríamos brincando de paridade, porque, para não permitir a desvalorização do dólar, o Governo emitiria papéis, colocaria títulos no mercado. E para que estes títulos fossem atraentes, o Governo teria que cada vez mais pagar juros elevados.

Não é à-toa, portanto, que alertávamos, desde 94, que a dívida interna deste Governo aumentaria. E aumentou, pasmem, de 60 para quase 400 bilhões, que somados à dívida externa chega praticamente a meio trilhão de dólares de dívida. Isso inviabiliza qualquer País! E, infelizmente, isso acontece com a convivência criminosa de setores importantes da mídia nacional; assim sendo, não conseguimos, nesses quatro anos, pautar essa discussão.

Nós falávamos sempre do desequilíbrio orçamentário, inclusive tentamos, apesar de todas as dificuldades, pautar isso durante a campanha eleitoral, mas, infelizmente, essa discussão só aconteceu, pelo menos em parte da grande mídia, após o primeiro turno.

Com certeza, como disse ontem, isso influenciou, sim, no resultado eleitoral, porque muitos candidatos oficiais governistas à reeleição ou aos governos estaduais tiveram que admitir essa discussão.

Os números dos Estados foram possíveis de ser trabalhados. Falo de uma campanha que acompanhei pela televisão em São Paulo, quando o Governador Covas teve a capacidade de pautar essa discussão. E espero que ele tenha aposentado definitivamente aquela saúva de Governo, que se chama Paulo Maluf.

Mas em alguns Estados isso não foi possível fazer. Vejam que, no Rio Grande do Sul, o Sr. Brito tentou dissimular essa discussão. E nós pautamos, colocando inclusive a real situação do Estado. No Rio de Janeiro foi possível fazer essa discussão e isso, com certeza, mudou os resultados eleitorais.

Portanto, para finalizar, não tenho dúvidas de que esse pacote penalizará mais uma vez o assalariado. Haverá, sim (como disse o Presidente ontem à noite) 8,7 bilhões de redução orçamentária, e nós sabemos onde isso vai acontecer: na saúde, na educação, na segurança. E os resultados hoje nós já sentimos; a situação da saúde na cidade de Joinville, as informações que temos pela imprensa de greve de médicos e de funcionários no Estado já são, com certeza, reflexos dessa redução orçamentária.

Só para V.Exas. terem uma idéia (e é impossível ouvir tanta mentira como a que ouvi na campanha eleitoral), o Governo Federal reduziu dos Orçamentos de 95 para 96, de 96 para 97, de 97 para 98 25% dos recursos para a saúde. Não é à-toa que a dengue voltou, não é à-toa que a central de medicamentos foi praticamente arrebentada. Isso trouxe problemas graves para a saúde pública, e vai um Presidente da República, em plena

campanha eleitoral, com a maior cara-de-pau, dizer que se fosse reeleito iria investir mais ainda na saúde!

Então, é essa discussão, Srs. Deputados, que teremos que ter a capacidade de fazer. E aqui, nesta Casa, temos um momento importante, porque estamos discutindo o Orçamento e a tentativa do Governador de arrebentar com o Orçamento Regionalizado. Espero que os 40 Deputados, inclusive no próximo mandato, tenham como compromisso resgatar essa ferramenta, que conseguimos criar com tantas dificuldades, para que possamos aqui, em Santa Catarina, mostrar os reais números do Estado.

Isso, inclusive, pode favorecer o próprio Governador, que não criará falsas expectativas, que terá capacidade de governar junto com a população, com os Prefeitos e com as autoridades regionais, no sentido de maximizar o pouco dinheiro que temos para investimento.

Tenho certeza que V.Exa., Deputado Odacir Zonta, assim como outros Deputados desta Legislatura, será um aliado dessa ferramenta que criamos, que é o Orçamento Regionalizado. Inclusive o Governador eleito, Esperidião Amin, numa conversa informal, comprometeu-se a ser um defensor dessa idéia.

Hoje escutei, com muita felicidade, o Governador eleito por Minas Gerais dizer que também vai adotar o Orçamento Participativo ou Regionalizado.

Espero que essa ferramenta, a qual tivemos a capacidade de criar aqui, sirva para que possamos de uma vez por todas... Como disse o falecido Senador Kleinübing, num de seus discursos no Senado, que inclusive foi lembrado nesta terça-feira por alguns Senadores, tem muitos amigos e muito lobby no Senado, no Congresso e, claro, nesta e em outras Casas Legislativas...

Mas quando teremos pessoas para defender o dinheiro público? Eu acho que a ferramenta nós temos: a de minimamente reduzir desperdícios e equívocos governamentais para que possamos aproveitar, da melhor forma possível, o dinheiro público.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Não havendo Deputado do PDT que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados e catarinenses presentes, eu colho das duas primeiras manifestações feitas na tribuna pelos Deputados João Henrique Blasi e Carlito Merss os meus primeiros comentários neste momento.

O primeiro é uma preocupação com relação ao que V.Exa. comentava quando me preparava para tratar deste assunto. Mas quero tangenciá-lo, colocando uma preocupação inicial, quando V.Exa. dizia que talvez a omissão, a falta da representatividade política nas questões maiores de Santa Catarina - e é verdade - explica a desconsideração pela qual o nosso Estado passa.

V.Exa. ainda comentava as possíveis concentrações de poder que hoje, através de estruturas federais, são aqui praticadas.

Na próxima sexta-feira o Deputado Edison Andriano, em nome do Fórum Parlamentar Catarinense, virá a esta Casa, mas não estaremos aqui. Os catarinenses

terão a impressão de que os Parlamentares desta Casa não dão atenção, não se preocupam.

Lamento muito que questões importantes são tratadas num momento em que não é da nossa responsabilidade estar presentes nesta Casa. Sabidamente, todos estaremos em algum lugar de Santa Catarina a visitar pessoas, e isso talvez associado a outra coisa que considero uma excrecência, um arbítrio: conceder na terça-feira que vem um feriado adicional, ficando Santa Catarina, desde sexta-feira, praticamente sem a presença do serviço público para os catarinenses, empanando um pouco o trabalho que esta Casa fez ao longo desses quase quatro anos.

Bom seria se o Deputado Edison Andriano nos desse a oportunidade de estar presentes no debate, já que nos preparamos para ele na segunda-feira, mas que por uma decisão não nossa foi transferido para um dia que talvez poucos estejam presentes.

Então, eu peço a V.Exa., Deputado João Henrique Blasi, que solicite a quem hoje responde pelo Fórum Parlamentar Catarinense, da possibilidade de reconsiderar a data, porque o assunto, como disse, é relevante, é pertinente, não deveria ser tratado dessa maneira.

Já com relação à questão colocada pelo Deputado Carlito Merss - e eu conversava com ele quando estávamos participando da reunião da Comissão de Constituição e Justiça - devo dizer que precisamos, de fato, aprofundar o debate sobre a prestação de serviços públicos.

Por várias vezes, aqui desta tribuna ou em microfone de aparte ou em Comissão, dissemos que nem sempre o que falta neste País é um orçamento mais adequado, talvez o que falta simplesmente é o controle e a fiscalização dos gastos públicos.

Quantas vezes já discutimos aqui, Deputado Odacir Zonta, os 10% da agricultura? Mas poucas vezes discutimos a destinação dos recursos destinados ou previstos nos orçamentos públicos, poucas vezes aqui discutimos se uma ou outra dotação orçamentária foi aplicada na sua integralidade! Estamos aqui a querer mais e mais atenção para as áreas que para nós são caras, agricultura, saúde, segurança pública, educação ou habitação, e é nosso dever fazer isso.

Eu gostaria que esta Casa discutisse um pouco mais o processo de fiscalização da aplicação dos recursos, que nós não tocássemos apenas de passagem, que não apenas disséssemos que eles não estão sendo bem feitos, mas que trouxéssemos números para cá, que comparássemos o que está previsto no Orçamento e tivéssemos a informação sobre o que foi aplicado e aí, sim, discutíssemos o mérito de cada uma dessas aplicações.

Vamos discutir se o gasto com os computadores foi relevante para o processo educacional de Santa Catarina, se foi relevante o que gastamos com a merenda escolar para podermos dizer se temos ou não recursos suficientes para a educação de Santa Catarina. E assim para qualquer uma das áreas. Este é um apelo que faço, que estou repetindo há algum tempo, que foi, inclusive, parte do mote da minha campanha.

Que se exija do Parlamentar ser um fiscal da sociedade, um fiscal da correta aplicação dos recursos públicos e não apenas se exija do Parlamentar emendas ao orçamento ou verbas trazidas da União ou de Santa Catarina para atender este ou aquele ponto, este ou aquele chamado do nosso Município ou da nossa região.

Muitas vezes passamos por placas que ilustram a realização de obras e vemos destacado o valor que foi gasto, mas poucas vezes estamos a verificar se aquilo que está ali colocado na placa representa a real necessidade de investimento. Muitas vezes estamos aqui a falar da falta de recursos públicos, mas pouquíssimas vezes estamos aqui a dizer que foi mal gasto, mostrando números e provas.

É nossa missão - e visto a carapuça também - ser vigilantes dos recursos que ainda para a maioria da sociedade é considerado o dinheiro dos outros. Para a maioria da sociedade, falar de recurso público ainda é dinheiro do Governador, do Presidente ou do Prefeito. As pessoas não atentam para o detalhe de que é o seu dinheiro que está lá bem ou mal aplicado, apenas cobram a correta aplicação por conta de impostos, que nem sempre são pagos.

Ao encerrar, gostaria de trazer à consideração de V.Exas. uma matéria que está sendo tratada nesta Casa ainda no ambiente da Comissão de Justiça, que talvez não tenha despertado na imprensa de Santa Catarina o mesmo espaço que às vezes é dado para matérias mais políticas ou matérias aparentemente mais polêmicas.

Se eu disser naturalmente que estaria falando de agrotóxicos, certamente as pessoas iriam começar a olhar para dois ou três Parlamentares e dizer que isso é uma matéria de dois ou três Parlamentares de Santa Catarina, porque alguns de nós têm tratado também mais a questão da agricultura e, erroneamente, neste momento, estamos enxergando esse projeto como um projeto da agricultura.

Essa matéria provém do Governo do Estado. Santa Catarina começa a tratar de forma mais responsável a perspectiva de vida dos catarinenses, a saúde dos catarinenses, a permanência ou não de pessoas no meio rural.

É uma pena que a maioria das pessoas que estão aqui não puderam assistir aos slides que foram projetados no plenarinho. Lá estava exposto o fruto da desatenção proveniente da inadequada aplicação de agrotóxicos; estavam lá crianças deformadas, num espetáculo meio dantesco; estavam lá ditos de novo a quantidade de suicídios que acontece no meio rural, que poucos sabem; estava lá colocado de novo a quantidade de agrotóxicos que Santa Catarina usa.

Mas parece que pouca gente se sensibilizou com isso. Não lemos quase nada sobre isso, não vimos nada sobre isso. Quase não despertou a atenção de ninguém, porque não se falava de nenhuma corrupção, não se falava de nenhum ato de *impeachment*, não se falava de nenhum processo contra Deputado, não se fez nenhum carnaval.

Lá estavam pessoas responsáveis por Santa Catarina, várias instituições que representam as preocupações não só da agricultura mas da economia, que ofereceram sugestões para que Santa Catarina possa ser inserida como um dos Estados preocupados com a vida das pessoas. Por quê? Porque enquanto alguns países ainda conseguem exportar produtos que na sua origem não mais são utilizados, nós estamos aqui a fazer isso. E nós estamos ainda desatentos com relação a um outro detalhe - e esse deveria ter chamado a atenção de todos - sobre o que nós consumimos.

Nós não somos todos agricultores, mas somos todos consumidores. De manhã, de tarde ou de noite alguém senta ao lado de uma mesa ou fica de pé ao lado de um balcão e se alimenta. Alguns se alimentam talvez de forma mais precária, outros de forma um pouco mais tranqüila, mas todos fazem isso. E o que nós estamos querendo fazer em santa Catarina é dar

a garantia de que o alimento servido para essa sociedade seja um alimento de qualidade.

É isso que diz esse projeto, é isso que está sendo tratado na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, e é isso que não tem chamado a atenção da sociedade.

Esse projeto que foi tratado no plenarinho e vai caminhar pela Comissão de Agricultura e outras, precisa continuar a receber a atenção dos catarinenses, para que possamos ser um exemplo neste País.

Precisamos primeiro oferecer a quem convive com a agricultura neste Estado a segurança que lhe é devida, as informações que são necessárias, o treinamento, Deputado Odacir Zonta, porque nós temos sido um pouco eu não diria omissos mas ausentes com relação a este tipo de treinamento.

Fruto de raríssimas exceções, Deputado Wilson Wan-Dall, existem algumas instituições, cooperativas ou sindicatos, ou a própria Epagri, que faz um ou outro treinamento.

Mas isto não tem sido tratado de maneira correta, sensata, para que se possa ter a certeza que alguém que usufrui de um alimento neste Estado possa ter a certeza de que está sendo bem alimentado. E eu não estou falando de comida farta, eu estou falando de comida de boa qualidade.

O produto que nós importamos através dos nossos portos, o milho que chega até Santa Catarina, que num processo de cadeia alimentar chega através da carne para todos nós, alguém tem se preocupado em saber se tem resíduos de agrotóxicos?

Nós temos nos preocupado em visitar as Ceasas para verificar se nas hortaliças e nas frutas existem resíduos de agrotóxicos? A maioria, apenas pelo tato ou pela visão, é que identifica e compra.

Nenhum de nós tem a capacidade de ser um laboratório ambulante, mas existe a Secretaria da Saúde, existe vigilância, existe um aparato enorme que deveria estar a serviço da comunidade.

Esta legislação que nós estamos tratando em Santa Catarina neste momento vai ao encontro dessas preocupações, vai buscar ofertar para os catarinenses a salvaguarda da sua expectativa de vida.

Nós estamos aqui a falar apenas dos prontos-socorros, que não estão atendendo, dos ambulatórios, que não têm o medicamento, mas não estamos falando do que poderíamos estar fazendo para evitar que em muitos casos as pessoas precisem deles. Esta é a nossa equação.

Eu espero que Santa Catarina esteja cada vez mais atenta, assim como os Parlamentares, a questões como estas, não apenas a questões que são, às vezes, produzidas, quando estas galerias se enchem para pedir ou não isenção de pedágio, para pedir ou não salários melhores.

Normalmente é assim: nós nos mobilizamos, assim como a mídia, quando as galerias se enchem para falar em nome de questões pessoais, individuais ou corporativas, mas poucas vezes elas se enchem para tratar de questões maiores, como estas que estou me referindo ou outras que também esta Casa vem tratando.

Com toda certeza o Parlamento de Santa Catarina, que é um exemplo de Parlamento para o País, tem que continuar a se preocupar com estas questões maiores também.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Esta Presidência gostaria de registrar a presença honrosa dos alunos da 3ª e 4ª séries da Companhia da Criança, escola do Estreito, ligada

ao Município de Florianópolis, que estão acompanhados da professora Gisele.

Gostaria de registrar a entrega de um cartão muito bonito à Assembléia, que faço questão de ler:

"Srs. Deputados Estaduais, agradecemos por nos receberem e pelo que os Srs. fazem pelo nosso Estado e o que ainda farão."

Quanto às leis, sugerem que fiscalizem melhor o trabalho infantil.

Tem ainda uma correspondência que entregamos junto, dirigida a todos os Parlamentares com o seguinte teor:

(Passa a ler)

"Sabemos que Santa Catarina sofre com o trabalho infantil, por isso estamos mandando sugestões para ajudar no combate ao trabalho infantil no nosso Estado:

Mandar um grupo de resgate para identificar as crianças que estão sendo exploradas e lhes dar estudo, lar, carinho e alimentação;

Mandar os pais que obrigam as crianças a trabalhar para uma escola de recuperação."

É o que dizem as turmas de 3ª e 4ª séries dessa escola, a quem agradecemos a presença.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, apenas gostaria de registrar por oportuno o nosso cumprimento aos estudantes que aqui comparecem, e dizer que esta sugestão veio em boa hora. Inclusive tive o ensejo de conversar há pouco com a professora responsável, porque tramita nesta Casa um projeto de lei de minha autoria, de notificação compulsória às autoridades competentes de todo e qualquer caso de trabalho infantil ou de exploração do trabalho infantil.

Como esse projeto, ao que me parece, ainda está em tramitação, seria oportuno considerar as sugestões que aqui foram dadas, para que nós pudéssemos, através delas, aprimorar a nossa proposição.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Queremos comunicar, Deputado João Henrique Blasi, que vamos remeter esta correspondência a V.Exa., que também é o Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado Wilson Wan-Dall, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Sr. Presidente, o tempo será dividido entre este Deputado e o Deputado Adelor Vieira.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, em primeiro lugar eu gostaria de convidar os Parlamentares e funcionários da Casa para, se puderem, assistir a missa de sétimo dia, amanhã, às 19h, na Igreja Matriz de São Paulo Apóstolo, em Blumenau, em homenagem ao nosso Senador Vilson Kleinübing.

Os blumenauenses, no domingo próximo passado, no desfile de encerramento da Oktoberfest, fizeram uma grande homenagem ao Senador Vilson Kleinübing, que já foi Prefeito daquela cidade e Governador do Estado de Santa Catarina.

Então, em homenagem ao Senador Vilson Kleinübing, que nutria grande amizade pelo povo de Blumenau e pelo Médio Vale do Itajaí, faremos uma missa, amanhã, às 19h, na Igreja Matriz de São Paulo Apóstolo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, na última segunda-feira representei este Poder Legislativo na posse do novo Reitor da Universidade de Blumenau, Egon Schramm, e do Vice-Reitor, professor Rui Rizzo.

Em alguns momentos do discurso do Reitor que tomava posse, a platéia estava tão sensibilizada que até percebi, em quase 50%, lágrimas nos olhos. O Reitor pediu o apoio de todos, pediu a colaboração de todos os setores, pediu a colaboração do Governo Federal, do Governo do Estado, do Governo do Município. E tanto o Governo Municipal quanto o Estadual devem repasses de recursos, garantidos por lei, à Universidade de Blumenau.

Sem dúvida nenhuma, foi uma homenagem muito bonita. E nós, representando este Poder, cumprimentamos o Reitor que estava saindo, bem como o Reitor que estava sendo empossado, colocando-nos à disposição para lutar em prol das nossas universidades.

O art. 170 da nossa Constituição diz claramente que o Governo tem que repassar 5% dos 25% que o Estado aplica na educação para as fundações educacionais, o que há quase três anos não vem sendo cumprido.

Lamentavelmente o número de alunos inadimplentes é muito grande. Quantos alunos estão esperando por uma bolsa de estudo? Mas, através de uma emenda na LDO deste ano, que passa a vigorar a partir do ano que vem, nós já propomos uma mudança na lei para que as universidades apliquem, no mínimo, 70% dessas verbas para bolsas de estudo.

Há poucos dias lemos na imprensa que o futuro Governador Esperidião Amin gostaria que estes recursos fossem 100% destinados a bolsas de estudo para o terceiro grau, para o ensino superior, já que muitos estudantes estão truncando as matrículas, deixando de estudar por falta de recursos.

Acho que nem 2% da nossa população consegue terminar o ensino superior, muitos não conseguem nem terminar o segundo grau. Por isso, a importância de ajudar as universidades.

E aqui vai o nosso abraço e o nosso apreço tanto ao Reitor que está saindo quanto ao Reitor que está assumindo.

Srs. Deputados, todas as regiões do Estado tem o seu hospital regional, menos Blumenau e o Médio Vale do Itajaí. Por isso, formamos uma comissão - eu sou o Presidente - em prol da construção do hospital regional e para atender o Hospital Santo Antônio.

A universidade de Blumenau já comprou o terreno, já deu a sua contribuição, e na semana passada foi lançada a pedra fundamental da futura instalação tanto do Campus da Universidade quanto do Hospital Universitário Regional. E por que Universitário Regional? Porque Blumenau tem uma faculdade de Medicina, Deputado Adelor Vieira, que, sem dúvida nenhuma, poderá prestar um grande serviço à nossa comunidade.

Nos próximos dias vamos marcar mais uma reunião, e a intenção é criar uma fundação para administrar o hospital, pois temos certeza que nem o Governo do Estado nem o Poder Público Municipal têm interesse em administrar o hospital, pois, sem dúvida nenhuma, é muito sacrifício hoje administrar uma rede hospitalar.

Temos que criar uma fundação com a participação de todos os segmentos da nossa sociedade para que possamos dar início ao projeto e, seguidamente, iniciar a construção do Hospital Regional Universitário.

Esta Casa já aprovou uma emenda no Orçamento Regionalizado de três milhões de reais para a construção desse hospital, que vai dar um tratamento diferenciado à nossa região.

Hoje temos três hospitais em Blumenau, um não atende pelo Sistema Único de Saúde, apenas quem tem plano de saúde ou dinheiro, que é o Hospital Santa Catarina. O Hospital Santa Isabel atende em parte pelo SUS e o Hospital Santo Antônio, que é mantido pelo Poder Público Municipal, ainda atende o nosso operário, a nossa dona-de-casa, aquela pessoa simples que não tem um plano de saúde, mas que muitas vezes, quando precisa fazer algum tipo de cirurgia, tem que recorrer a hospitais de outras regiões, como Florianópolis, Curitiba ou São Paulo, porque aquele hospital praticamente não faz cirurgia pelo Sistema Único de Saúde. E o Hospital Regional Universitário vai dar essa oportunidade à nossa população.

Sr. Presidente, restam apenas dois minutos do horário do meu Partido, que gostaria de ceder ao Deputado Adelor Vieira, mas como outros partidos não usaram o horário, poderia quem sabe V.Exa. atender o nosso amigo?

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Concedemos ao Sr. Deputado Adelor Vieira dez minutos, em função da cedência do horário de alguns Partidos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, neste espaço gostaria de cumprimentar o Deputado Wilson Wan-Dall pelo brilhante pronunciamento que fez nesta tarde, que para mim já era o suficiente.

Porém, como a generosidade da Presidência nos concede um tempo maior, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Wan-Dall principalmente no que concerne à implantação do Hospital Regional de Blumenau - que acho da maior importância, pois ele se insere no contexto da lei que foi aprovada nesta Casa, que cria a Região Metropolitana do Vale do Itajaí.

Eu creio que o Hospital Regional do Vale do Itajaí será, sem dúvida alguma, uma instituição importante na questão da saúde dos que residem naquela região. Inclusive, recebi ontem um aluno da Furb - da nossa querida Universidade de Blumenau -, justamente buscando subsídios da região metropolitana. E ele fez menção ao Hospital Regional.

Pena que os nossos governantes não têm dado a devida atenção aos hospitais regionais. Nós temos hospitais que são regionais de fato e de direito, que é o caso do Hospital de Rio do Sul, do Hospital São José - aqui na Grande Florianópolis -, e temos o caso de fato e de direito que é o Hospital Hans Dieter Schmitt, de Joinville, cuja transferência passou-se para o Município, num desacerto, numa infelicidade creio eu, porque é da competência do Governo do Estado; e temos como uma discrepância a questão do Hospital Municipal São José, de Joinville, que atende como de fato um hospital regional atenderia.

Assim, os problemas são inúmeros, e precisa-se buscar uma nova fórmula para resolver a problemática da saúde nas nossas regiões, que não a Capital do Estado. É um problema sério, e eu creio que só a construção do Hospital Regional não irá resolver o problema. Por isso, creio que a Fundação - que seria a única que teria condições de captar recursos - seria a solução.

Nós estamos construindo também, lá em Joinville, o Hospital Infantil. Ora, se não se tem condições de manter o Hospital Regional e o Hospital Municipal, vamos agora criar mais um elefante branco? Então, creio que a questão saúde tem que ser reformulada, e eu sei que o

Hospital Infantil de Joinville está sendo construído apenas por um capricho e não sendo defendido por ser uma necessidade. Será mais um elefante branco que ficará lá e não terá condições de funcionar.

Assim, continuo entendendo que a implantação de nossas regiões metropolitanas, buscando, através do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, a gestão dessas questões maiores como da saúde, do saneamento básico e tantos outros, serão a solução para os nossos mais graves problemas.

Gostaria ainda de fazer um apelo aos Srs. Deputados com relação ao projeto de minha autoria que tramita na Comissão de Saúde desta Casa, a fim de que se possa no menor espaço de tempo possível dar a sua deliberação neste Plenário.

Esse projeto diz respeito ao lixo considerado potencialmente tóxico. É o projeto que apresentamos e que irá normatizar a coleta de baterias de celulares, pilhas, lâmpadas fluorescentes, aerossóis e outros produtos potencialmente tóxicos.

Eu quero fazer um apelo ao Presidente da Comissão de Saúde (infelizmente não está presente no momento) e aos demais membros da Comissão para que possamos realizar aquela audiência pública no sentido de trazer este projeto ao Plenário, porque já estou com três ou quatro baterias de aparelho celular que não funcionam mais e não sei onde colocá-las, não sei onde depositá-las, não sei se sei que fim destinar este produto potencialmente tóxico.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de lembrar, inclusive, que hoje é o dia dedicado ao servidor público na esfera municipal, estadual e federal. Aqui, nesta Casa, e creio que em outras Casas Legislativas, muito já se falou, muito já se defendeu, e eu não sei se hoje seria um dia apropriado para dizermos que dá para comemorar. Até porque existe um pacote e muitos estão preocupados com suas conseqüências, as quais vão atingir o servidor público, sim. Não que eu não veja necessidade disso.

Eu creio que o servidor público há de concordar que o tempo está indicando para se fazer um estudo profundo da questão do serviço público. Não há mais como continuarmos com o mesmo sistema, com a mesma forma e com o mesmo estatuto. E eu creio que nós temos que ter a coragem, a capacidade de sentar e discutir essa questão.

Eu entendo como da maior importância o serviço público, como uma das contribuições mais importantes para o País, mas existem problemas seriíssimos que precisam ser atacados, que precisam ser revistos.

Esse estatuto que hoje rege o servidor público precisa buscar, quem sabe, um novo norte, uma nova direção, uma nova política, que garanta tanto a ele quanto ao serviço que ele presta e aos cidadãos no que há de melhor - é o que nós mais queremos - no bem comum.

Portanto, a você, caro servidor público, a nossa homenagem, a nossa felicitação pelo seu dia, desejando que Deus continue abençoando os seus familiares e que os serviços que você presta possam realmente ser de grande valia para todos.

É o desejo deste Deputado.

Muito obrigado.
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Restam ainda cinco minutos do horário destinado aos Partidos Políticos, há uma solicitação de utilização da palavra por parte do Deputado Idelvino Furlanetto.

Com a aquiescência dos Srs. Líderes, concedemos a palavra ao senhor Deputado Idelvino Furlanetto, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu não poderia deixar passar em branco o dia do funcionário público. Nós, no serviço público da agricultura, temos muitos companheiros lutadores que estão aqui como: a Enedê Casarotto, que é Presidente do Sindasp, o Bertino Psleger, o Geraldo Back e o Raul Zucatto, que é do Sindicato dos Engenheiros Agrônômicos.

Não poderia deixar de cumprimentá-los por esse dia do funcionalismo, dia do servidor público, atingindo todo o funcionalismo por este Brasil afora.

Quero dizer, Sr. Presidente, que a visita da Enedê, do Raul Zucatto, do Geraldo, do Bertino a esta Casa é no sentido da preocupação que têm com o salário dos servidores. Eles ainda têm para receber o mês de setembro, porque prestam um serviço para a sociedade catarinense, são assalariados, são servidores e, portanto, servem a sociedade catarinense, estão servindo a sociedade catarinense e já serviram muito esta sociedade.

Contudo, quando chega o dia de receber os seus salários, eles não o recebem. Quer dizer, negar o pagamento do salário é mexer com a cidadania desses companheiros e de todos os servidores.

Vinte e três sindicatos do serviço público de Santa Catarina reuniram-se com o Secretário da Fazenda, esta semana, e não obtiveram uma posição concreta no sentido de saber se vão receber os seus salários.

Olhe só, Deputado Eni Voltolini, são cento e dez mil servidores! Você está mexendo com a cidadania de cento e dez mil servidores! Mas aonde vai parar a responsabilidade do Governo?! Nós não podemos aceitar essa situação.

O salário dos servidores, o salário de todo cidadão, que lhes é repassado ao final de cada mês, é coisa sagrada. E nesse ponto o Governo fere a Constituição, mas não apenas a Constituição ele mexe, ele atinge a sensibilidade das pessoas quando deixa de pagar os seus salários, porque é com este salário que compram o alimento e tudo o mais que precisam para sobreviver.

Eu não poderia deixar, no dia de hoje, que é o dia do servidor público, que é o dia do Funcionário Público, de cumprimentar todos os funcionários desta Casa, da Assembléia Legislativa, que já prestaram e prestam grandes serviços ao Parlamento catarinense, aos Parlamentares e a toda esta estrutura.

Na sequência do raciocínio anterior, na observação da situação vivida pelos servidores, gostaria de saber qual a perspectiva de receberem seus salários ao final do mês, porque eles não têm mais certeza do que vai acontecer.

Nós sabemos, através do sucateamento das políticas públicas, bancada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, e aqui em Santa Catarina vemos o Governador do Estado não corresponder para com os servidores...

Eu gostaria de trazer, através da Comissão de Agricultura desta Casa, esta preocupação ao Parlamento catarinense. E aí dizem os companheiros: nós vamos ter que ir para a greve novamente. Mas ninguém quer ir para a greve, porque não gostamos de fazer greve, nem de puxar uma greve. Contudo, o que eles vão fazer que não seja uma greve?! No mínimo, ela se faz necessária para levar ao conhecimento de todo o Estado de Santa Catarina a situação de calamidade que está imperando na vida de cada servidor.

Eu gostaria de compartilhar com essa situação vivida pelos 110 mil servidores de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Ex.a me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Eu agradeço, Deputado Idelvino Furlanetto.

Na verdade, Deputado Idelvino Furlanetto, greve para dizer aos catarinenses como está a situação talvez nem fosse mais necessário, porque todos nós sabemos. A Assembléia Legislativa vive isso. Os Poderes vivem isso.

Acho que infelizmente a sensibilidade que é necessária está ali, no Poder Executivo. É o patrão que não paga o empregado.

Lá na minha região tem patrão que fez isso e está na cadeia. Tem patrão que recolheu os valores que era do empregador e não recolheu para o instituto federal e foi para a cadeia. Aqui está da forma como está.

O que lamentamos, não apenas porque isto coincida com a passagem do dia do servidor, é que isso venha se arrastando há tanto tempo e que o Governo do Estado esperadamente tenha trocado apenas a sua dívida, ela agora não é mais do 13º salário, mas do mês. Por causa disso ele escapou de um dos pedidos de *impeachment* que está nesta Casa, que pedia então o seu afastamento pelo não-pagamento do 13º, e por conta disso ele afastou tudo aquilo que se falava de não pagar o 13º salário.

Agora, enquanto as pessoas não falam tanto do salário não pago em setembro, ele dá a impressão de que liquidou as contas e que está em dia com o servidor. O que temos que fazer é alertar, sim, para este descompromisso com quem lhe presta serviço.

Por conta disso, Deputado Idelvino Furlanetto, ao mesmo tempo em que cumprimento os representantes sindicais que têm essa missão complicada de pedir, cobrar, insistir, reivindicar, quero lembrar também em nome da Comissão de Agricultura e cumprimentar V.Ex.a por esse registro.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Muito bem, Deputado. Quero colocar à disposição a Intersindical para que a Comissão de Agricultura também intervenha, juntamente com os dirigentes sindicais, no sentido de cobrar do Governador o respeito à Constituição, à dignidade dos servidores, pagando em dia os seus salários e o 13º salário também.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Esta Presidência, em nome da Mesa Diretora e de todos os Deputados, quer fazer um registro também em função do Dia do Funcionário Público, desejando que juntos possamos encontrar as melhores saídas para o serviço público e principalmente para o atendimento das necessidades da população. O serviço público é fundamental e é o meio para que esse objetivo seja alcançado.

Deixamos este registro ao tempo em que parabenizamos todos os funcionários públicos pelo seu dia e comunicamos também que esta Assembléia Legislativa, por decisão de sua Mesa Diretora, tomada nesta manhã, transferiu as comemorações do Dia do Funcionário Público de hoje para a próxima terça-feira, dia 3 de novembro, em função de que também o Governo do Estado adotou esse dia para a comemoração.

Fica, portanto, transferida a comemoração do Dia do Funcionário Público de hoje para terça-feira, dia 3 de novembro.

Também gostaríamos de fazer o comunicado aos Srs. Deputados de que a Mesa

Diretora analisou as conversações que a Presidência está tendo com o Governo do Estado com relação ao repasse dos Poderes, onde este Poder também tem participação.

Temos uma perspectiva de que até a próxima sexta-feira esse repasse poderá vir a ser realizado, não há uma garantia neste sentido, mas há uma perspectiva em função de uma decisão que deve ser tomada no dia de amanhã no Ministério da Fazenda com relação às contas do Governo e também em função do pagamento de débitos atrasados de contribuintes do Estado de Santa Catarina, cujo prazo para regularização, conforme lei aprovada na Assembléia Legislativa, espira na sexta-feira para utilizarem-se dos benefícios da legislação aprovada.

Portanto, esta Presidência e a Mesa Diretora entenderam que aguardaremos até sexta-feira esse repasse, e caso não aconteça, já foi encaminhada decisão no sentido de que se tomem medidas judiciais para garantir esse repasse a partir da próxima semana.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 292/98, de procedência governamental, que autoriza aquisição de imóveis no Município de Frei Rogério.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro dos Transportes e ao Chefe do 16º DNER/SC, pedindo para melhorar a sinalização da BR-101 nos trechos de duplicação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura, ao Senador Esperidião Amin, ao Senador Cacildo Maldaner, ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília e ao Diretor de Defesa Civil, pedindo urgente providência para a promoção do atendimento aos Municípios do Oeste atingidos pela catástrofe climática ocorrida no dia 10 de outubro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Rural e Agricultura e ao Diretor Estadual da Defesa Civil, pedindo urgente providência para a promoção do atendimento aos Municípios do Oeste atingidos pela catástrofe climática ocorrida no dia 10 de outubro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário de Turismo da Prefeitura de Blumenau, funcionários, colaboradores e aos Membros da Comissão Organizadora da XV Oktoberfest, parabenizando-os pela realização do evento.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Gervásio Maciel, a ser enviado ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, que solicita informações sobre as obras da ponte de concreto que interliga os Municípios de Presidente Nereu e Vidal Ramos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviado ao Governador do Estado e à Secretária de Educação e do Desporto, solicitando informações sobre a liberação dos recursos ao Convênio nº 20.533/97 de 27/12/97.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Odacir Zonta, a ser enviado ao Secretário de Desenvolvimento Rural e Agricultura, indagando sobre a promoção de alguma verba em favor da Cooperativa de Leite de Passos Maia no ano de 1997.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado, que solicita a concessão de pensão especial à senhorita Verônica Celita Ribeiro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência ainda comunica ao Plenário a justificativa de ausência do Deputado Romilto Titon e do Deputado Luiz Herbst.

Não havendo mais matéria na pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da próxima sessão: Requerimento nº 521 de autoria do senhor Deputado Cesar Souza.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 29 DE OUTUBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Carlito Merss - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gilmar Knaesel - Herneus de Nadal - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Neodi Saretta - Odacir Zonta - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declarou aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Eni Voltolini, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Eni Voltolini, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Eni Voltolini) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria dos Srs. Deputados Lício Mauro da Silveira e Gilson dos Santos, que declara de utilidade pública o Movimento Pró-Qualidade de Vida do Distrito do Pantano do Sul, no Município de Florianópolis;

OFÍCIOS NºS:

028/98, do Sr. Deputado Pedro Uczai, comunicando que a Bancada do Partido dos Trabalhadores indica o Deputado Carlito Merss para compor a Comissão Parlamentar Especial constituída pela Resolução nº 028/98;

1817/98, da Sra. Juiza de Direito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, que encaminha cópia da decisão prolatada nos autos da Ação de Reintegração de Posse nº 3.956/98.

OFÍCIOS:

- do Sr. Presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina, solicitando voto contrário ao Projeto de Lei nº 226/98, de autoria do Sr. Deputado Cesar Souza, que concede ao servidor público, integrante do quadro de pessoal dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Tribunal de Contas, na data de seu aniversário, a isenção do comparecimento ao seu local de trabalho;

- do Sr. Presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina, reiterando pleito, para que seja revogado o dispositivo da Lei nº 9.941/95, que impede a expedição de Certidões Negativas a contribuintes sem débito com a Fazenda, mas vinculando, por interposta pessoa (sócio), a outro contribuinte que esteja, este último, em débito com o erário público;

- do Sr. Presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina, solicita apoio a emenda do Sr. Deputado Ivan Ranzolin que propõe alteração aos dispositivos da Lei nº 3.938 de 26/12/96.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os

primeiros minutos pertencem à Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados do Partido dos Trabalhadores.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados à Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados à Bancada do PPB.

Com a palavra o Deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, no horário destinado ao meu Partido, o PPB, embora a data comemorativa tenha sido no dia de ontem, gostaria de manifestar a minha solidariedade a uma classe muito importante, a classe dos funcionários públicos, que passa por momentos muito difíceis. Primeiramente pela incerteza em relação ao seu futuro, quando está vivendo o momento da promulgação da reforma administrativa, que vai mexer na essência, na estrutura de todas as esferas (federal, estadual e municipal), trazendo pressão e intranquilidade.

E essa intranquilidade é vivenciada muito mais no nosso Estado, onde o servidor público estadual, classe a qual pertencem e me orgulho, está passando, talvez, os piores momentos de toda a sua história, quando a incerteza do pagamento do seu salário vem se arrastando há quase dois anos ou mais.

Os servidores públicos do Estado, com certeza, não têm motivos para comemorar, mas é preciso aqui manifestar, em nome do PPB e em meu nome pessoal, o respeito a esse segmento.

Enquanto eu estiver aqui na Assembléia, continuarei lutando em defesa dos interesses dos funcionários públicos, para sua dignidade, que passa primeiramente por um salário pago em dia, um salário digno, para que possa dar a sua contrapartida, que é o trabalho. Com certeza, todos os Srs. Deputados conhecem a história, a importância e a necessidade do servidor público. Qualquer ação política, qualquer ação administrativa, qualquer Governo não pode prescindir da parceria, da estrutura do funcionário público.

Ainda ontem, numa entrevista que dei a um jornal, disse que uma das minhas bandeiras na Assembléia Legislativa é a defesa do funcionalismo público, porque, como já disse, sou funcionário público de carreira e me orgulho disso, o que não é fácil, pois muitas vezes somos incompreendidos pela sociedade de uma forma geral, até pelos governantes, mas há conquistas, há espaços que devemos continuar a buscar.

Sr. Presidente, deixo o espaço que ainda resta ao nosso Partido ao Deputado RENO CARAMORI, que fará, então, o seu pronunciamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o Deputado RENO CARAMORI.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vamos fazer uso da palavra no horário do nosso Partido para deixar registrada, mais uma vez, a nossa preocupação com relação ao andamento das obras da BR-101.

Sabem os Srs. Deputados que a maior obra rodoviária do Brasil é a BR-101 e os seus segmentos nos demais Estados.

Inclusive encaminhamos, através deste Plenário, um requerimento pedindo ao Ministro dos Transportes e ao Chefe do 16º Distrito do DNER que tomem providências para que não haja uma desaceleração no andamento da obra.

Em alguns trechos temos constatado, Deputado ENI VOLTOLINI, que já houve uma desaceleração no andamento das obras. Isso nos preocupa muito, porque é uma obra em cima da rodovia atual. As intervenções são inúmeras, com desvios criando problemas seriíssimos agora, que ainda não chegamos na temporada de verão.

Santa Catarina, principalmente o nosso litoral, que usa a BR-101, tem expectativas para o verão em relação à área do turismo, que deverá ser incrementada, até porque a imprensa tem divulgado que estão fazendo apelos para que o pessoal se mobilize com antecedência, porque já não há mais passagens de ônibus, passagens aéreas de outros Estados para Santa Catarina e os hotéis já estão se prevenindo.

Eu vejo que a imprensa não está muito preocupada, porque deu algumas notícias esporádicas, não tem batido com veemência para que soe, para que tenha eco nos órgãos federais a grande responsabilidade que é o andamento das obras da BR-101 e a sua conclusão, principalmente nos trechos estratégicos, onde as obras estão num ritmo muito lento.

Mas não sabemos o porquê da lentidão por parte das empreiteiras, se é falta de pagamento ou não. E temos também problemas com a sinalização, que está sendo precária.

Todas as vezes que assumamos a tribuna para fazer o alerta, há uma pequena melhora, toma-se algumas providências para minimizar o problema. Mas temos visto aí consequências estrondosas, acidentes por

falta de uma sinalização mais adequada, principalmente no trecho em que as obras estão num ritmo acelerado, onde os motoristas têm que mudar constantemente de pista.

Lembramos aqui uma observação do Deputado Ivan Ranzolin e do Deputado ENI VOLTOLINI, que usam a BR-101 e presenciam a situação verdadeira quanto à sinalização e andamento das obras.

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Concedo o aparte a V.Exa., que tem as suas origens na construção de rodovias, que conhece bem a matéria.

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - Deputado RENO CARAMORI, como membro da Comissão de Transporte, gostaria de dar até uma sugestão. Poderíamos convidar o Chefe do 16º Distrito e o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal para conversar sobre o assunto. Certamente eles terão informações esclarecedoras sobre o cronograma da obra, sobre a veracidade das colocações feitas por determinadas empresas.

Precisamos saber qual é a equação para a execução da obra em função desse pacote econômico, com a perspectiva inclusive de cortes no Orçamento da União para o próximo ano, embora saibamos que 2/3 são financiados por recursos internacionais. Mas temos também recursos internos como contrapartida, isso tudo em relação à obra do trecho que compreende Florianópolis/São Paulo, que hoje é a maior obra rodoviária do mundo em andamento.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu falei que era do Brasil, mas realmente é do mundo.

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - Também para sabermos a equação que está sendo montada para o trecho de Palhoça/Osório, uma vez que a duplicação do trecho Norte vai agravar ainda mais o problema no Sul. Precisamos saber se o cronograma das obras no Sul continua de pé, justamente em função das medidas econômicas.

Então, a nossa sugestão é que seja feito esse convite para a próxima semana, para que na Comissão de Transportes possa conversar no sentido de esclarecer os procedimentos que foram tomados e, se for necessário, acionar a nossa Bancada Federal, porque a informação que temos é que no Ministério do Planejamento não houve qualquer corte específico à BR-101. Houve, sim, uma retomada, uma reavaliação geral nos investimentos no Brasil, mas em relação à BR-101 foram mantidos os recursos para a sua duplicação.

Então, a paralisação de uma das empreiteiras foi irresponsável, porque provocou uma expectativa negativa em relação ao andamento da obra. Por isso, esse convite é importante, para que possamos ter clareza sobre o cronograma da obra para o próximo ano.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu quero crer que na próxima semana deveremos receber alguma resposta da documentação que foi expedida, sobre a solicitação que foi feita através do Plenário tanto ao DNER quanto ao Ministério dos Transportes. Se assim não acontecer, convidaremos o Chefe do 16º Distrito e o Superintendente da Polícia Federal para a próxima semana, para tentarmos resolver o problema da sinalização.

A sua sugestão é válida, é importante. Assim procederemos.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Nobre Deputado, é oportuno o seu pronunciamento com relação às diversas condições inseguras que a BR-101 apresenta.

Ontem à noite fui a Joinville agradecer os quatrocentos votos que obtive nas eleições. Mesmo sendo um regime feudal implantado pelo Deputado ENI VOLTOLINI, esses votos são de amigos de infância, por isso tive muito prazer em ir lá agradecer. Um dia vamos conversar muito sobre o sistema eleitoral vigente na prática em nosso Estado e no Brasil.

Gostaria de salientar que durante a viagem vivi um verdadeiro martírio. Tem que ser muito bom motorista para que não aconteça acidente. Os desvios são mal sinalizados, ocasionando um perigo tremendo para quem por ali transita.

Oportuno foi o que o Deputado Leodegar Tiscoski falou, ou seja, que a Comissão de Transportes deveria acionar, no sentido de conversar, o DNER oficialmente para que se evite essas situações. É fácil, muito fácil, pois o que falta é sinalização, porque sem elas vai acontecer uma série de acidentes.

Eu peço a V.Exa., que é o Presidente da Comissão de Transportes, que tome as providências necessárias. Que a Comissão vá ao DNER e solicite que seja convocada uma reunião com essas construtoras, para que tomem as devidas providências, porque a sinalização faz parte do orçamento desta obra.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado, já estão sendo tomadas providências através desta Casa. Encaminhamos ao Plenário um requerimento solicitando o chamamento à responsabilidade do DNER e do Ministério dos Transportes, mas se não recebermos uma solução até semana que vem, vamos convocá-los.

O Sr. Deputado ENI VOLTOLINI - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado ENI VOLTOLINI - Nobre Deputado, na verdade, sem ser demasiadamente insistente, gostaria que V.Exa. insistisse na possibilidade de trazer para uma reunião na Comissão de Transportes, a convite, o engenheiro Ribas, até porque existem muitos comentários a respeito da desaceleração ou não e da sinalização.

Agora, sobre a sinalização, eu queria lhe dar duas referências, uma delas até um pouco tétrica, para ilustrar o quanto isso é necessário: nós tivemos, na semana retrasada, o falecimento de um casal de Corupá. E o problema está se dando exatamente no desvio, na hora de mudança de uma pista para outra. Por conta dessas variações de trechos que estão prontos e outros não, somos obrigados a mudar de sentido, e toda vez que mudamos de sentido há uma redução sensível de velocidade, e normalmente na BR-101 ninguém anda a menos de 20km. Às vezes, quando há uma redução brusca, pela desatenção de quem vem atrás, existem problemas como este que aconteceu: quando a fila parou, uma carreta descuidadamente prensou uma camioneta, enfiando-a debaixo de uma carreta, matando as pessoas imediatamente. Quer dizer, não foi ultrapassagem, não foi descuido, foi desvio.

Num outro momento, outro casal, de Joinville, acompanhado de duas pessoas, morreu também numa situação assemelhada: uma carreta não fez a conversão como deveria por conta do problema da sinalização e matou as pessoas que estavam vindo em sua direção. Isso deve-se apenas à falta de sinalização.

Não há sinalização avisando às pessoas que um pouco mais adiante terá um desvio.

Senhores Deputados, isso é um procedimento criminoso. Não se trata apenas de dizer que está faltando uma placa. É um procedimento criminoso e alguém tem que ter essa responsabilidade, porque se um motorista dirigir sem carteira, sem cinto de segurança ou tiver um grau de teor alcoólico acima do permitido e cometer um acidente, é penalizado! Agora, quem está sendo responsabilizado pela falta de sinalização?

Assim, acho que tem que haver penalidade mais severa! Nós estamos falando de mortes que estão acontecendo por falta de sinalização, e estamos falando disso de uma forma quase que leviana, porque felizmente isso ainda não nos tocou bem de perto, não são nossos familiares, mas tenho certeza de que as pessoas que foram atingidas diretamente não conseguem tratar desse assunto da mesma maneira que nós estamos tratando. Certamente devem estar tratando disso com indignação.

Tenho certeza de que V.Exa. vai tratar esse assunto com a responsabilidade de sempre, colocando um fim nesta questão. Não há mais possibilidade de apenas estarmos aqui a relatar a falta de sinalização da BR-101 e as mortes que têm ocorrido por conta desse problema. Solicito a V.Exa. que nos ajude a resolver isso, por favor!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Solicito à Mesa que verifique se já existe alguma documentação de retorno do que foi encaminhado por esta Casa, para que possamos tomar providências.

Muito Obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Chefe do 16º Distrito do DNER, no sentido de reforçar a sinalização nos trechos em obras de duplicação da BR-101.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com o pedido de subscrição do Deputado Eni Voltolini.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos Deputados Volnei Morastoni e Norberto Stroisch.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da próxima sessão:

Deverá constar a pauta prevista inicialmente para a sessão de hoje, aditada dos requerimentos de autoria do Sr. Deputado Eni Voltolini, dirigido ao Presidente da Telesc, e de autoria do Sr. Deputado Pedro Uczai, solicitando a tramitação em regime de urgência de projeto de lei.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO DP

RESOLUÇÃO DP Nº 035/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições:

RESOLVE,

CONCEDER licença ao Senhor Deputado Idelvino Furlanetto para ausentar-se do país no período de 14 a 29 de novembro do corrente

ano, onde, a convite da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETAESC, fará parte da missão de conhecimento de novas tecnologias na atividade agrícola em Israel.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 11 de novembro de 1998.

Deputado Francisco Küster - 1º Vice-Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 320/98

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Of. Nº 1181/98-GP

Florianópolis, 05 de novembro de 1998

Excelentíssimo Senhor

Deputado NEODI SARETTA

Digníssimo Presidente da Augusta Assembléia Legislativa do Estado

NESTA

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação desta augusta Assembléia Legislativa do Estado, o incluso projeto de lei que "Dispõe sobre a doação de imóvel de propriedade do Estado - Poder Judiciário ao Município de Ibirama", aprovado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça na sessão do dia 04 de novembro de 1998, acompanhado da respectiva exposição de motivos e cópia do processo administrativo 99586-98.0.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Desembargador JOÃO MARTINS

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/11/98

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimos Senhores Membros da Augusta Assembléia Legislativa do Estado

Visa o projeto de lei ora submetido à elevada apreciação de Vossas Excelências doar ao Município de Ibirama o terreno e o prédio no qual funcionava o fórum daquela Comarca.

O intuito da doação é propiciar ao Poder Executivo Municipal a possibilidade de instalação de órgão da Administração Municipal, bem como do Poder Legislativo daquele Município.

De outra parte, o Poder Judiciário de alguma forma pode assim retribuir doação de terreno feita por aquela Municipalidade ao Estado de Santa Catarina, que possibilitou a construção do novo edifício do fórum, onde hoje estão instalados os serviços judiciários.

Ademais, constata-se nos autos de número 99586-98.0 que o referido imóvel encontra-se com as estruturas comprometidas, tornando-se inservível à este Poder, constatando-se, ainda, que o mesmo já pertencia àquele Município, quando foi doado ao Poder Judiciário.

Para melhor instrução da matéria, remeto a Vossas Excelências fotocópia do procedimento administrativo respectivo, do qual consta, inclusive, a necessária avaliação do bem.

Florianópolis, 05 de novembro de 1998.

DESEMBARGADOR JOÃO MARTINS

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 320/98

Dispõe sobre a doação de imóvel de propriedade do Estado - Poder Judiciário de Santa Catarina ao Município de Ibirama.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Judiciário autorizado a ceder, em doação, ao Município de Ibirama, o imóvel de propriedade do Estado, matriculado sob o nº 26.426 do livro nº 3-K, fls. 180, do Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama.

Parágrafo único - O imóvel de que trata este artigo é formado de um terreno urbano, com benfeitorias, situado à Rua 11 de Março, na cidade de Ibirama, com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE, com terras de Ivo Muller, ao SUL, com terras de Iba Goitacazes dos Reis, a LESTE, com a Rua 11 de Março numa extensão de 28,50 metros e ao OESTE, com o Rio Hercílio e terras de Ivo Muller.

Art. 2º - A presente doação destina-se a propiciar a execução das reformas necessárias para abrigar órgão da Administração Municipal, bem como a instalação do Poder Legislativo daquela municipalidade.

Parágrafo único - O desvio da finalidade prevista neste artigo resultará na reversão do imóvel ao patrimônio do Estado.

Art. 3º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta do donatário.

Art. 4º - O Poder Judiciário será representado, no ato, pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 321/98

Declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CRICIÚMA

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Fundação Cultural de Criciúma, com sede e foro no município de Criciúma/SC.

Art. 2º - À entidade que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1998.

DEPUTADO MANOEL MOTA

Lido no Expediente

Sessão de 11/11/98

JUSTIFICATIVA

"Cultura é todo fazer humano que pode ser transmitida de geração em geração".

A Associação dos Amigos da Fundação Cultural de Criciúma é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade básica apoiar as atividades afins da Fundação Cultural de Criciúma.

Como prevê a própria Constituição "o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais".

Dada a importância da "cultura" somos de parecer favorável a este projeto e, para tanto, anexamos ao presente a documentação solicitada.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 322/98

Declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO VALE DO ARARANGUA

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação ACIVA - Associação Comercial e Industrial do Vale do Araranguá, com sede e foro no município de Araranguá/SC.

Art. 2º - À entidade que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1998.

DEPUTADO MANOEL MOTA

Lido no Expediente

Sessão de 11/11/98

JUSTIFICATIVA

A Associação Comercial e Industrial do Vale do Araranguá existe há mais de 25 anos e, no decorrer desses anos, vem desenvolvendo um trabalho de atendimento aos seus associados como também no Vale do Araranguá, sem distinção.

É uma entidade sem fins lucrativos, tendo como objetivos defender, representar, lutar por tudo que for de interesse de toda a comunidade.

Assim, acostamos ao presente a documentação necessária para que o Projeto de Lei se efetive.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 323/98

Dá nova redação ao artigo 2º e ao inciso I do artigo 5º da Lei nº 10.475, de 18 de agosto de 1997.

Art. 1º O *caput* do artigo 2º da Lei nº 10.475, de 18 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O PRODEC Agroindustrial tem como objetivo incentivar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado de Santa Catarina através da

concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação para empresas e cooperativas que promoverem a implantação, a expansão ou a reativação de empreendimentos agroindustriais, agroflorestais, aquícolas e de captura e/ou beneficiamento de pescados."

Art. 2º O inciso I do artigo 5º da Lei nº 10.475, de 18 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º ...

I - o investimento na implantação ou na expansão de empreendimento agroindustrial, agroflorestal, aquícola e de captura e/ou beneficiamento de pescado;"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Barriga Verde,

Deputado VOLNEI MORASTONI

Lido no Expediente

Sessão de 11/11/98

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O projeto de lei que ora apresentamos, ao dar nova redação aos dispositivos mencionados, objetiva corrigir um erro de redação final verificado na Lei nº 10.475, de 18 de agosto de 1997.

A matéria tratada no diploma invocado foi objeto de longa discussão neste parlamento com a participação de uma parcela da sociedade, bem como do Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul.

Quando da referida discussão, este Deputado apresentou duas emendas modificativas ao projeto de lei de origem governamental, conforme se verifica às fls. 10 e 11 dos autos do então projeto de lei nº 106/97, cujo teor encontra-se reproduzido no presente projeto.

As referidas emendas receberam o nº 01 e 02 e tinham como objetivo modificar a redação do artigo 2º e inciso I do artigo 5º do referido projeto.

O relator da matéria no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, após uma análise minudente, concluiu seu parecer, exarando voto pela acolhida das emendas propostas consoante se vê às fls. 73/75.

Após uma conturbada tramitação com a proposição inclusive de um substitutivo global, o qual restou rejeitado, o relator, Deputado Olices Santini manifestou-se pela aprovação da proposta encaminhada pelo Executivo e uma vez mais as emendas subscritas por deste Deputado, no que foi circundado pela unanimidade dos Deputados daquela Comissão.

Nas Comissões que se seguiram à análise da matéria, a mesma recebeu parecer favorável, acompanhando a manifestação da CCJRL.

Em plenário a proposição também mereceu a aprovação da maioria dos Senhores Parlamentares.

Entretanto, quando da elaboração da redação final do projeto, foi omitida a redação propostas através das emendas nº 01 e 02 e aprovadas, conforme já anunciado.

Assim sendo, visando sanar a irregularidade constatada é que apresento o presente projeto, propugnando aos demais pares deste Parlamento a sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 020/98

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete da Presidência

Ofício nº 1184/98-GP

Florianópolis, 05 de novembro de 1998

Ao Exmo Sr.

Deputado NEODI SARETTA

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de, no uso da competência privativa inserida no art. 83, IV, d, da Constituição do Estado, submeter à Augusta Assembléia Legislativa, o incluso projeto de lei complementar que "**Regula, no âmbito estadual, a gratuidade determinada pela Lei Federal n. 9.534/97, do registro civil de nascimento e óbito e da primeira certidão relativa a tais atos, ou das demais certidões em favor de pessoas reconhecidamente pobres, pelos ofícios de Registros Civil não oficializados, institui o Selo de Fiscalização e dá outras providências.**", acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, cujo texto foi aprovado pelo Egrégio Órgão Especial deste Tribunal, em sessão do dia 04 de novembro de 1998.

Aproveito a oportunidade para reiterar-lhe protestos de consideração e apreço.

Desembargador JOÃO MARTINS

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/11/98

**EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Tenho a honra de submeter a elevada consideração de Vossas Excelências, o Projeto de Lei aprovado em Sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de 04 de novembro de 1998, que segue.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente Projeto de Lei visa a criação de receita específica para ressarcir os Oficiais de Registro Civil do Estado da perda de receita advinda da gratuidade generalizada dos assentos de nascimento e óbito, quando da expedição da 1ª via.

A gratuidade estabelecida pela Lei Federal n.º 9.534/97, praticamente esvaziou o funcionamento dos serviços de Registro Civil, prova disto é a existência de inúmeros serviços desta natureza vagos e sem candidatos interessados no preenchimento das vagas, situação que tende a se agravar.

Pretende, este Projeto, através da instituição do Selo de Fiscalização, criar receita capaz de, mediante o pagamento de módica quantia em selo, aplicado sobre determinados atos extrajudiciais, permitir o ressarcimento aos Oficiais do Registro Civil, da emissão gratuita do primeiro assento de nascimento e óbito. Além disto, o selo revestirá de segurança aos atos de que se trata.

O Selo de Fiscalização é tido como taxa e assim passa a ser exigido como contraprestação ao serviço de fiscalização que a Corregedoria exerce sobre os serviços delegados de Tabeliães e Oficiais de Registro, em razão, pois, do exercício do poder de polícia de que trata o art. 145, II, da Constituição Federal. O Egrégio Supremo Tribunal Federal, aliás, no RE n.º 111.735-SP (RTJ 112/1140) fixou que "A taxa tem como único fato gerador a atividade estatal decorrente do poder de polícia", entendimento que viria a reafirmar no RE n.º 114.917-5 (RT 671/220).

A instituição do selo depende de Lei (art. 150, I, CF), devendo submeter-se sua vigência, outrossim, ao princípio da anualidade (art. 150, III, a, CF).

Segue em anexo Exposição de Motivos da Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, bem como Provimento 09/96 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de São Paulo e Lei Estadual n.º 3601, do Rio de Janeiro.

Desembargador JOÃO MARTINS

Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 020/98

Regula, no âmbito estadual, a gratuidade determinada pela Lei Federal n. 9.534/97, do registro civil de nascimento e óbito e da primeira certidão relativa a tais atos, ou das demais certidões em favor de pessoas reconhecidamente pobres, pelos oficiais de Registros Civil não oficializados, institui o Selo de Fiscalização e dá outras providências.

Art. 1º - Nos termos das alterações baixadas pela Lei Federal nº 9.534, de 10.12.97, são gratuitos o registro civil de nascimento e o assento de óbito, bem como a primeira certidão relativa a tais atos e ainda as demais certidões subseqüentes de tais atos em favor dos reconhecidamente pobres, observados os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 30 da lei 6.015/73, na redação da lei 9.534, de 10.12.97.

Art. 2º - O ressarcimento aos oficiais de registro pela gratuidade desses serviços será custeado pela arrecadação do Selo de Fiscalização dos serviços extrajudiciais, instituído por esta lei e administrado pela Corregedoria-Geral da Justiça, na forma disciplinada na presente lei e no regulamento baixado pelo Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça.

Art. 3º - O Selo de Fiscalização será pago nos serviços das serventias extrajudiciais na autenticação de documentos ou suas cópias; nos reconhecimentos de firmas; na abertura de livros, mesmo daqueles com folhas soltas; nas certidões, escrituras, procurações, testamentos e demais atos de sua competência.

Parágrafo único - Nas certidões de registro civil e de óbito será aplicado, sem ônus para a parte ou serventuário, selo de fiscalização com características especiais, na forma disciplinada por ato do Conselho da Magistratura.

Art. 4º - O Selo de Fiscalização, para evitar fraudes, será auto adesivo, contendo numeração alfa numérica (três letras e cinco números), fundo numismático e geométrico, dotado de imagem latente, com talho doce em duas cores - verde e vermelha -, tinta anti-scanner e caracteres reativos à luz ultravioleta.

Art. 5º - Obedecidos os requisitos do artigo anterior, o modelo do selo será definido pela Corregedoria-Geral da Justiça, se necessário com a participação de técnicos ou profissionais de artes gráficas, autorizado o pagamento, a vencedor de eventual concurso, o prêmio simbólico de R\$5.000,00 (cinco mil reais), a ser pago no final do primeiro mês de implantação do selo.

Parágrafo único - Os selos serão mandados confeccionar pelo Tribunal de Justiça, obedecidas as normas de licitação da Lei 8.666/93.

Art. 6º As serventias extrajudiciais deverão adquirir antecipadamente os selos de fiscalização que utilizarão, por quinzena ou mês, mediante recolhimento dos respectivos valores à Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça, ressarcindo-se dos respectivos custos dos usuários no momento da prática do ato gerador do selo de fiscalização.

Parágrafo único - É vedado o repasse dos selos de uma unidade para outra do serviço extrajudicial.

Art. 7º É obrigatória a aplicação do selo, que integrará a forma dos atos de autenticação de cópias de documentos, reconhecimento de firmas, abertura de livros, inclusive daqueles com folhas soltas, certidões, escrituras, procurações, testamentos e demais atos assemelhados que venham a exigir segurança.

§ 1º - A falta de aplicação do selo em tais atos responsabiliza o titular da serventia.

§ 2º - Pela autenticação de cópia da frente e do verso do CIC, de título de eleitor ou de documento de identidade, válido em todo o território nacional, será cobrado apenas o valor de um selo.

§ 3º - Contendo o documento mais de um ato, a cada ato corresponderá um selo; desdobrando-se o documento por mais de uma folha, mas constituindo um só ato, será aplicado e cobrado apenas um selo na página final que contiver a assinatura do serventuário responsável;

Art. 8º - O Selo de Fiscalização terá o valor unitário de R\$0,40 (quarenta centavos), a ser cobrado dos respectivos usuários, sendo o custo de aquisição de R\$0,36 (trinta e seis centavos) para os serventuários que o aplicarão, destinando-se a diferença às despesas de custeio do respectivo cartório, as quais independem de prestação de contas.

Parágrafo único - O valor do selo de fiscalização será corrigido na mesma proporção em que o forem os emolumentos devidos por certidões passadas por Tabeliães e Oficiais de Registro de Imóveis, nos termos do Regimento de Custas do Estado.

Art. 9º - Do total arrecadado pelo Tribunal de Justiça na aquisição dos selos pelas serventias extrajudiciais, deduzidos os custos de pessoal, materiais necessários à prestação do serviço e respectiva manutenção, até o limite de 10% (dez por cento) da arrecadação, tudo detalhado em planilha financeira elaborada por setor técnico da Corregedoria-Geral da Justiça, será repassado mensalmente aos oficiais de registro.

§ 1º - O ressarcimento será feito de acordo com o custo dos registros civis de nascimento e óbito, na forma da Lei Complementar n. 156/97, que dispõe sobre o Regimento de Custas.

§ 2º - Os Oficiais de Registro requererão o pagamento do respectivo ressarcimento até o dia 10 (dez) do mês seguinte, indicando o total de atos gratuitos do respectivo mês (registros de nascimento, assentos de óbito e certidões), devendo o repasse ser feito pelo Tribunal no máximo até o dia 20 (vinte) seguinte.

§ 3º - Se a arrecadação do respectivo mês se revelar insuficiente para ressarcimento de todos os oficiais de registro no mês, o pagamento será feito na proporção dos recursos; se o líquido do arrecadado superar o total indenizável no mês, o superávit será utilizado para resgate de eventuais déficits de meses anteriores.

Art. 10 - Ao final dos primeiros 10 (dez) meses de funcionamento do sistema e, a partir de então, anualmente, e sem prejuízo da atualização de que trata o parágrafo único do artigo 8º, será avaliada pelo Conselho da Magistratura a conveniência ou necessidade de elevar ou reduzir o valor do Selo de Fiscalização, tudo na forma de processo legislativo competente.

Art. 11 - A aquisição, distribuição e controle dos Selos de Fiscalização, bem como os pedidos de ressarcimento pelos Oficiais de Registros dos atos gratuitos que praticarem, bem assim, a prestação de contas da administração do Selo de Fiscalização, serão objeto de regulamentação por ato do Conselho da Magistratura, respeitado o disposto nesta lei e as normas de controle externo de competência do Tribunal de Contas.

Art. 12 - A fiscalização dos Ofícios de Registro Civil beneficiados com o produto da arrecadação do Selo de Fiscalização, bem como das serventias extrajudiciais não oficializadas obrigadas a aplicar os selos na forma desta lei, será feita pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 13 - Os selos em documentos de interesse da União, Estados, Distrito Federal e Municípios não serão cobrados dessas pessoas jurídicas de direito público (CF art. 150, VI, "a"), assegurando-se aos responsáveis por sua aplicação ressarcimento do valor respectivo junto ao Tribunal de Justiça.

Art. 14 - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvada a cobrança do Selo de Fiscalização dos usuários, que vigorará a partir de 1º de fevereiro de 1999.

Desembargador JOÃO MARTINS

Presidente

*** X X X ***